

# Inclusão, exclusão social e pobreza em Moçambique em pleno século XXI

**Susana Otilia Tomás Maleane**

Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil. Universidade Eduardo Mondlane. Departamento de Informação e Documentação. Centro de Estudos Africanos - Maputo, Moçambique

*E-mail:* smaleane@yahoo.com.br

**Emir José Suiden**

Pós-Doutor em Ciência da Informação pela Universidad Carlos III de Madrid - Madrid, Espanha. Diretor do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), Brasília, DF, Brasil

*E-mail:* emir@ibict.br

---

## Resumo

Discute a questão da inclusão, da exclusão social e da pobreza em Moçambique. Realça as dificuldades enfrentadas pela sociedade moçambicana em pleno século XXI, no que se refere à disponibilidade e acesso de recursos básicos, como educação, saúde, emprego, proteção social. Mostra a questão de desigualdades de gênero feminino para ingressar em escolas e prosseguir com os estudos. Relata o avanço na área econômica, novas infraestruturas e serviços, como estradas, pontes e telecomunicações. Enfatiza o esforço do governo no setor público com o alcance de alguns objetivos do Plano de Ação de Redução da Pobreza (PARPA I, II), Agenda 2025, focados na redução da pobreza, inclusão social, ensino de qualidade e melhores condições de vida. Conclui mostrando a importância do acesso e uso das tecnologias da informação e comunicação para o desenvolvimento do país.

## Palavras-chave

Inclusão Social. Exclusão Social. Pobreza. Proteção Social. Tecnologias da Informação e Comunicação. Moçambique.

## Inclusion, social exclusion and Poverty in Mozambique in the 21st century

## Abstract

*The objective of this paper is to discuss the issue of inclusion, social exclusion and poverty in Mozambique, as well as to highlight the difficulties faced by Mozambican society in the 21st century, with regard to the availability and access to basic resources such as education, health, employment, and social protection. The issue of women's inequality is pointed out mainly with reference to going to school or continuing their studies. The progress in the*

*economic area is reported, as well as new infrastructures and services, as for instance, roads, bridges and telecommunication. The governmental efforts are underlined in relation to the public sector, having reached some objectives of PARPA I, II, Agenda 2025, focused on cutting down poverty, promoting social inclusion, better teaching, and living conditions. The conclusion is that it is important to have access to and use of information and communication technologies for the development of the Country.*

## Keywords

*Social Inclusion. Social Exclusion. Poverty. Social Protection. Information Technology and Communication. Mozambique.*

---

## INTRODUÇÃO

Em pleno século XXI, Moçambique continua um país dependente de fatores externos, vulnerável à atual crise da economia mundial e considerado um dos países mais pobres do mundo. Enquanto a maioria dos países desenvolvidos está preocupada com a melhoria da qualidade de vida e redução de desigualdades sociais da sua população, a situação dos países subdesenvolvidos, tais como Moçambique, é completamente distante desta realidade. Apesar de todas as dificuldades verificadas no país, o governo moçambicano esforça-se pelo crescimento e redução da dependência do país em relação à ajuda externa, investindo na expansão de infraestruturas tecnológicas com o objetivo de aprimorar o ambiente empresarial nacional. Entretanto, as empresas nacionais continuam a encontrar dificuldades para aceder à eletricidade, obter crédito e licenças, e acrescidos a estes fatores submetem-se à excessiva carga tributária. De acordo com a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2009), não obstante a entrada de muito capital no país, a exclusão social permanece e a redução da pobreza estagnou.

Além disso, Moçambique enfrenta problemas nas áreas de educação, saúde, emprego e proteção social

para a população; na âmbito da educação, para além do problema geral da falta de escolas, evidencia-se a carência de professores qualificados. Observa-se também a questão de gênero, que continua preocupante em relação aos números registrados no ingresso, frequência e conclusão de nível de ensino. Desde o ensino primário até o superior, é notável a desigualdade no que se refere ao percentual reduzido de estudantes do sexo feminino que frequentam a escola. Nos últimos anos houve melhoria significativa neste aspecto com a implementação de programas de governo, tais como o PARPA I, II; a Agenda 2025, entre outras estratégias efetuadas com a meta de diminuir a pobreza e a exclusão social. Tais ações objetivam a inclusão social, o ensino de qualidade para todos, a formação de recursos humanos capacitados e treinados para desenvolver o país e região da África Austral. Nesta perspectiva, Figia (2005, p.232) mostra que a educação feminina em Moçambique promove o bem-estar social e eleva a renda familiar, porém cerca de 80% das mulheres são analfabetas, apesar de constituírem 60% da força de trabalho nacional. A educação da mulher tem sido uma das estratégias para a evolução dos países subdesenvolvidos “a ideia que assegura esta afirmação é que educar uma mulher é educar uma nação”. A educação da mulher e da criança em geral representa um futuro melhor para qualquer país, e no caso particular para Moçambique.

Nesse contexto, várias são as perguntas que podem ser tomadas em consideração à análise do tema sobre inclusão, exclusão social e pobreza, da disponibilidade, acesso e exercício de direitos na sociedade da informação, seja ela urbana, industrial, rural ou agrícola. O que distingue a pobreza da exclusão social, o que as transforma em um problema social determinante para a sociedade e para Moçambique especialmente? Várias discussões acadêmicas e políticas têm se organizado sobre esses temas. É nessa expectativa que o governo moçambicano nos últimos anos tem intensificado, em seus discursos, o problema da pobreza absoluta nesse país, em particular nos meios de comunicação, tais como o jornal *Notícias*, a televisão, o rádio, relatórios de desenvolvimento humano, entre

outros. O objetivo principal do governo é melhorar as condições do povo moçambicano, aumentar o número de escolas, hospitais, infraestruturas na área de agricultura, nas províncias e nos distritos, promover a qualidade de serviços prestados de modo a incluir a comunidade no mundo da sociedade da informação e da comunicação.

Deste modo, a pobreza, nos seus aspectos de desigualdade de renda e de acesso a recursos, reflete claramente na participação política de determinado país ou região. Crescem as barreiras, dificultando a participação na democracia e aprofundando os problemas que anulam a integração social. As consequências da pobreza são evidenciadas em Moçambique no que se refere à disponibilidade, acesso e exercício de direitos fundamentais, tais como educação, saúde, emprego, transporte, entre outros. De acordo com Bengoa (1996, p.3), pobreza é um “conceito difícil de definir, mas que todo mundo entende quando se o menciona. Talvez porque cada qual, cada indivíduo sabe perfeitamente o que seria para ele e sua família uma situação de pobreza”. Importa ressaltar que a pobreza difere também em cada país, região, sociedade em que estão inseridos os indivíduos, ou seja, o que é pobreza para Moçambique pode não ser para outro país também subdesenvolvido.

Segundo Estivill (2003, p.14), qualquer grupo ou indivíduo possui suas regras um pouco especificadas, que permitem definir com ou sem razão várias categorias da sociedade. Assim, não há inclusão sem exclusão, geralmente as duas permitem a filiação, a identificação de uns em relação aos outros. Quanto às comunidades, significa que, quanto mais restritas e fechadas forem, mais irão excluir. Por isso, “esta noção tem possibilidades de enriquecimento a partir da sociologia, da psicologia e da antropologia” (ESTIVILL, 2003, p.14). Em Moçambique, a exclusão não surge apenas devido às influências europeias, mas também devido às estruturas e normas específicas destas comunidades, aspectos étnicos, linguísticos, culturais, socioeconômicos, entre outros; mas o principal problema da exclusão em países subdesenvolvidos, como Moçambique, é

a dificuldade em associar o grande número de bens materiais aos serviços sociais; educação, saneamento básico, à proteção social; e principalmente à participação ativa nas decisões que influenciam suas vidas. Efetivamente, exclusão e pobreza não são equivalentes; é possível ser pobre e não excluído, como também nem todos os excluídos são pobres, embora várias investigações e trabalhos científicos mostrem que existe vasto círculo onde coincidem os pobres e excluídos.

## **INCLUSÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

A inclusão social é uma ação que combate a exclusão social geralmente ligada a pessoas de classe social, nível educacional, portadoras de deficiência física, idosas ou minorias raciais, entre outras que não têm acesso a várias oportunidades. Inclusão social é oferecer aos mais necessitados oportunidades de participarem da distribuição de renda do país, dentro de um sistema que beneficie a todos e não somente a uma camada da sociedade. Nesta ordem de ideias, autores como Hamu e Mafra (2005, p.2) mostram que:

Inclusão social nada mais é que trazer aquele que é excluído socialmente por algum motivo, para uma sociedade que participe de todos os aspectos e dimensões da vida – o econômico, o cultural, o político, o religioso e todos os demais, além do ambiental.

Outros autores que falam de direitos humanos, como Estivill (2003, p.16), são unânimes em admitir que as pessoas sejam distintas por nascer, habitar e ser educadas em contextos diferentes, razões pelas quais, para que sejam iguais, precisam de leis e políticas públicas que tomem em consideração e valorizem o ser humano além de seus aspectos culturais, étnicos ou linguísticos. É nesta perspectiva que Moçambique, enquanto país novo independente há 35 anos, é forte concorrente para concretizar a inclusão social, reduzindo a exclusão e pobreza; desde que haja um compromisso e vontade por parte do governo no poder, bem como de seus parceiros nacionais e

internacionais que interferem nas políticas e ações do governo moçambicano. O país tem um exemplo claro e positivo na área de educação, conseguiu pôr as pessoas nas escolas independentemente das condições materiais, infraestrutura como salas de aulas próprias para estudar. Em algumas zonas rurais, as pessoas estudam debaixo das árvores, em salas descobertas e outras condições não confortáveis ou recomendáveis em nível global. Este exemplo demonstra a preocupação do governo em alfabetizar a população moçambicana, destacando a importância da presença do professor para ensinar e ajudar na educação, capacitando o indivíduo para melhorar o país.

No que se refere ao desenvolvimento econômico, um estudo realizado em 2009 pela KPMG Moçambique, uma das mais antigas firmas de auditoria e consultoria a operar no país mostra que houve no ambiente de negócios em Moçambique. Entretanto, o estudo realça que, embora sejam visíveis esforços do governo na provisão de novas infraestruturas e serviços, tais como estradas, pontes, telecomunicações, ainda há muito trabalho para influenciar positivamente as expectativas dos atores econômicos. O estudo revela que fatores ligados aos atos de governação e governo, com o índice de 96,37%, com destaque para o nível de criminalidade, o crime organizado, a corrupção e a burocracia, são considerados pelos agentes econômicos como fatores que afetam negativamente o ambiente de negócios em Moçambique.

Mas o governo moçambicano assumiu o controle da corrupção como um compromisso no seu Plano de Ação de Redução da Pobreza (PARPA II, 2006-2009) e em outras políticas públicas no âmbito da melhoria da governação interna. Neste contexto, o estudo faz referência ao relatório do Centro de Integridade Pública, mostrando que o tribunal administrativo tem incrementado suas ações de fiscalização, assinalando a auditorias de desempenho e viabilizando a responsabilização de gestores públicos. No entanto, de acordo com o relatório, a estratégia anticorrupção está viabilizando-se de forma lenta, executando mais

atividades administrativas do que de anticorrupção, dificultando assim a avaliação do seu impacto prático. O documento aponta ainda que a corrupção configura-se igualmente considerada aliada ao crime organizado, à burocracia e ao suborno que tem se verificado nas instituições de Estado em que se processa a tramitação de toda documentação ligada à melhoria e desenvolvimento das atividades econômicas, sociais e culturais de Moçambique.

Observa-se que, apesar dos esforços promovidos no setor público, a burocracia exagerada é considerada pelos agentes econômicos entrevistados pela KPMG um dos principais problemas para alcançar um bom ambiente de negócios em Moçambique. Os agentes econômicos consideram a implementação de reformas governamentais como elementos-chave para a remoção de barreiras e burocracia para um ambiente de negócios mais competitivo em determinada região, Moçambique em particular. A KPMG destaca os fatores específicos com maior redução no índice registrados em relação ao ano de 2008: a restrição à entrada da mão-de-obra estrangeira, HIV/Aids, malária, entre outras doenças, e importações ilegais, ou seja, os resultados mostram um avanço por parte do governo moçambicano no que se refere à melhoria de ambientes de negócios no país. Este exemplo deve-se alastrar para outras esferas, tais como educação, saúde, emprego e bem-estar da sociedade moçambicana, como forma de incluir a população no acesso às condições básicas de acordo com as recomendações dos direitos humanos (Notícias, 14 de maio de 2009).

## **POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL**

Segundo Sorj (2003, p. 32-33), pobreza não é um fenômeno isolado; a maneira como ela é definida e percebida depende do nível de desenvolvimento cultural, tecnológico e político de determinada sociedade. A exclusão social se dá também no meio de grupos pobres entre gêneros, raças e grupos étnicos, assim como entre diferentes comunidades.

Ao longo dos últimos anos, e particularmente em 2009-2010; o jornal *Notícias*, um dos periódicos com

maior aceitação no país, tem publicado informações referentes à pobreza, combate à pobreza absoluta, luta contra a pobreza absoluta em Moçambique, entre outros termos usados para tratar o assunto. Várias fontes mostram que a pobreza é um mal que tortura os moçambicanos. Esta situação chega a causar mortes no país, considerando que não se pode falar da pobreza sem associá-la à fome, doenças, como a malária, HIV/Aids, tuberculose e outras moléstias responsáveis pelos altos índices de mortalidade, dificultando o desenvolvimento.

O governo no poder conhece de perto a realidade do povo moçambicano, como prova tem chamado a atenção aos seus mais diretos colaboradores, parceiros ao longo dos discursos efetuados durante as visitas nas províncias e distritos em todo o país, mostrando que a população vive em intenso sofrimento. A ideia é conscientizar toda a sociedade da necessidade de estudar, de trabalhar a terra, para desenvolver o país. O discurso político fala sobre o combate à pobreza absoluta, sendo preciso reconhecer que este é oportuno, pois cada vez que se aborda o assunto, mais cidadãos, a sociedade em geral desperta e se alinha ao movimento para minimizar a pobreza e construir um Moçambique melhor, capaz de viver sem fome, sem doenças, sem miséria.

Assim, o discurso de combater a pobreza não deve constituir incômodo a nenhum moçambicano, mas sim um estímulo para todos juntarem esforços e trabalharem para o bem do país. É importante que o povo esteja unido para combater a miséria, ou seja, cada moçambicano deve fazer sua parte para contribuir no sentido de sair da pobreza e da exclusão social predominante no país. (*Notícias*, 12 de maio de 2010). Portanto, observa-se que o jornal *Notícias* não retrata a matéria pobreza de forma clara, no que se refere à definição da palavra sem estar associada à política do governo no poder.

Vale lembrar que a incidência da pobreza em Moçambique reduziu de 70% em 1997, para 54% em 2003. Para 2009, a meta preconizada no Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA

II, 2006-2009) é a redução da pobreza para 45% e 40% em 2015. Apesar dos progressos significativos em diferentes áreas, continuam enormes os desafios para reduzir a pobreza absoluta; para 2009, esperava-se que o crescimento econômico fosse de 7% e que o nível de inflação rondasse a média dos 8%, de acordo com o Plano Econômico e Social aprovado em dezembro de 2008 pela Assembleia da República. Neste aspecto, uma mensagem divulgada na Internet a propósito do Dia Mundial da Paz do Santo Padre, Bento XVI, relata a pobreza mostrando que, para combater este mal social, é necessária uma análise profunda do fenômeno complexo da globalização. Além disso, faz referência à importância da análise do ponto de vista metodológico, porque convida a pôr em prática o fruto das pesquisas realizadas pelos economistas e sociólogos sobre diversos aspectos relacionados com a pobreza, a exclusão e a inclusão social.

Segundo Capucha (2005), citado por Chefo (2009, p. 46), o conceito de pobreza absoluta faz referência à noção de subsistência e abrange pessoas, famílias, bem como os grupos com poucos recursos para garantir uma vida melhor, ou seja, atender suas necessidades básicas. Aponta “pessoas votadas à indigência, que vivem na carência alimentar extrema e que recorrem à mendicidade, com vestes pobres, vida austera sem domicílio nem haveres”, ou seja, trata-se de uma escassez extrema, em que o indivíduo não possui o mínimo para sobreviver com dignidade.

O Gabinete de Informação (Gabinfo) mostra o papel da imprensa moçambicana no combate à pobreza e exclusão social, e assegura que vai continuar a trabalhar, a definir políticas e implementar estratégias de comunicação governamentais para que a divulgação sobre o combate às desigualdades sociais seja mais consentânea e disseminada, tendo o Instituto de Comunicação Social (ICS) como pilar da comunicação para o desenvolvimento nacional, especialmente das comunidades rurais. Para a realização deste objetivo, o Gabinete de Informação desenha a matriz operacional da política e estratégia de informação, aprovada pelo Conselho de Ministros em fevereiro de 1997. Esta matriz incorpora todas as atividades dos ministros,

governos provinciais e outras instituições centrais, ou seja, o ICS irá envidar esforços, capacidades para sua operacionalização no que concerne à coordenação entre o governo e outras instituições ligadas ao desenvolvimento rural. Isto comprova o fortalecimento do ICS no processo expandir das suas ações de informação, educação e comunicação nas comunidades rurais, no esforço de promover a inclusão social em Moçambique, particularmente nas zonas rurais. Observa-se que os quadros do ICS têm demonstrado cada vez mais empenho na melhoria da comunicação horizontal, participativa e inclusiva, de forma a melhorar a disseminação da informação com qualidade para a sociedade moçambicana em geral (*Notícias*, 28 de maio 2010).

Contudo, vale lembrar que pobreza é um status social muito difícil de classificar. Não obstante a Organização das Nações Unidas (ONU) tenha já codificado o esquema de classificação da pobreza, acredita-se que este fenômeno merece muito mais atenção do que lhe está sendo dada atualmente. No caso da África e Moçambique em particular, é necessário que cada grupo ou indivíduo se autoquestione sobre a sua condição socioeconômica atual, e o que fazer para o progresso do país. O questionamento deve se alargar também em outras questões, como: quais são as responsabilidades do governo moçambicano e da sociedade civil em geral no combate à exclusão social e à falta de necessidades básicas, como alimentação, educação e saúde em Moçambique? O país precisa melhorar os índices de desenvolvimento humano; só assim poderá minimizar as desigualdades sociais existentes; para tal, devem-se envidar esforços constantes, tanto por parte do governo, de instituições privadas, organizações não governamentais, bem como por toda a sociedade civil (UNITED NATIONAL DEVELOPMENT PROGRAM-UNDP, 2006, p. 69).

## PROTEÇÃO SOCIAL

Moçambique detém uma economia informal dominante, em que a maior parcela dos trabalhadores encontra-se fora da proteção social; apenas uma minoria está no sistema de inserção social. Os

sistemas de proteção social existentes no país são insuficientes e ineficazes. Em Moçambique, os indivíduos dependem cada vez mais de uma integração em redes de solidariedade, tendo a família como grupo fundamental presente com frequência em momentos de crise. Observa-se que é o informal que garante a um número elevado de famílias a sobrevivência e as condições da sua reprodução, e em alguns casos a melhoria das condições de vida.

O governo tem realizado vários esforços no sentido de regulamentar a maioria dos trabalhadores informais para o sistema de proteção social formal. Tem-se como exemplo a construção de mercados formais para retirar os vendedores da rua e conceder-lhes banca no mercado formal, onde exercem suas atividades com segurança, pagam impostos entre outros direitos estabelecidos para o trabalhador formal (FRANCISCO; PAULO, 2006, p. 89). Segundo os direitos humanos<sup>1</sup>, a igualdade é sinônima de direito ao respeito e reconhecimento da condição humana de todos; as leis do Estado e do sistema internacional, principalmente as que têm ligação com os direitos humanos, defendem a igualdade como um direito indispensável para qualquer indivíduo ou comunidade. A Declaração Universal dos Direitos do Homem enfatiza que:

todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual proteção da lei. Todos têm direito à proteção igual contra qualquer discriminação [...] todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos (PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano, 2000, p. 14).

Cabe lembrar que, a pandemia do HIV/Aids também afeta negativamente o desenvolvimento, exacerbando a pobreza, a desnutrição, a baixa escolaridade e o agravamento das desigualdades de gênero. Apesar de tudo, em Moçambique, nestes 16 anos de paz, ou seja, depois da guerra

civil, o crescimento econômico tem sido regular e significativo, com o apoio internacional seguro e capacidade de atrair investimentos nacionais e estrangeiros. Há como exemplos a Companhia Vale do Rio Doce com a extração do carvão mineral, bem como o aumento do número de estabelecimentos de ensino superior público e privado. Perante esta situação, o governo reagiu com a apresentação do Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA II, 2006-2009), aprovado em maio de 2006. O PARPA II destaca como prioridades a qualificação do capital humano nas áreas de educação e saúde, a melhoria da governação, o desenvolvimento econômico e de infraestruturas básicas e da agricultura, a implementação do desenvolvimento rural e da gestão macroeconômica e financeira da população. A orientação no sentido do aperfeiçoamento dos serviços de segurança social apóia-se no crescimento da proteção social dos trabalhadores.

De acordo com o Ministério da Mulher e Ação social (MMAS, 2007), e o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS, 2005), a proteção social em Moçambique abrange entre 200 mil e 250 mil funcionários da administração pública e 236.760 assalariados de empresas privadas. Há de se realçar que participam também em iniciativas e programas de proteção social o Instituto Nacional da Ação Social (INAS) e o Ministério da Mulher e Coordenação da Ação Social (MICAS). No nível privado, existem possibilidades de proteção social por meio de seguradoras, associações comunitárias e ONGs, porém sua ação é caracterizada pela heterogeneidade e desarticulação. Existe também, no que se refere à proteção tradicional, comunitária, a profusão de iniciativas e modalidades regionais e locais de grande diversidade e desarticuladas, o que dificulta sua integração em esquemas privados de forma organizada.

Deste modo, o governo tem-se empenhado no sentido de conciliar seu plano de ação com os objetivos de desenvolvimento do milênio e outros planos e estratégias regionais de desenvolvimento. Todavia o conceito de segurança social<sup>2</sup> não pode

<sup>1</sup> “Direitos humanos são os direitos que todas as pessoas têm, em virtude da sua condição humana comum, de viver em liberdade e dignidade. Dão a todas as pessoas direitos morais sobre o comportamento dos indivíduos e sobre o desenho da organização social [...] são universais, inalienáveis e indivisíveis” (PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano, 2000, p. 16).

continuar confinado a critérios de estrita ordem militar e interesse imediato e individual de cada Estado. A segurança tem de ser considerada como indivisível do interesse comum do ponto de vista étnico e de direito, integrando as concepções essenciais do bem-estar e desenvolvimento da sociedade e do meio ambiente. A preocupação de preservar o meio ambiente e libertar os países subdesenvolvidos da fome; das endemias tais como o HIV/AIDS, que afetam igualmente os ricos; a malária; que geralmente mata nos países pobres, constitui uma das mais importantes pontes entre o Centro e a Periferia. O fim da desigualdade pode libertar a favor da vida, da humanidade, do desenvolvimento dos recursos humanos e materiais.

## EDUCAÇÃO

O sistema de educação, em relação ao acesso à educação básica, no início da década de 90, encontrava-se em fase de estagnação, desestruturado sob as limitações impostas pela guerra civil, quando cerca de 50% das escolas primárias foram destruídas, principalmente nas zonas rurais do centro e do norte do país. Entretanto, a partir de 1997, as taxas de escolarização começaram a elevar-se, o que demonstrou resultados de vários programas, tais como o de reabilitação e construção de escolas, formação e capacitação dos professores. Observa-se que fatores socioculturais ainda influenciam na educação feminina; está-se, pois, perante uma questão de gênero; em Moçambique, as meninas têm menos probabilidade de ingressar e de prosseguir em todos os níveis de educação, desvantagem que se verifica logo nos primeiros anos de escolaridade. Apesar dos programas e esforços promovidos pelo governo, particularmente pelo Ministério da Educação, a favor da igualdade de gênero no acesso à educação básica, as diferenças de acesso

<sup>2</sup> Toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e pode legitimamente exigir a satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade, graças ao esforço nacional e a cooperação internacional, de harmonia com a organização e os recursos de cada país (MOÇAMBIQUE. *Relatório do Desenvolvimento Humano*, 2000, p. 15).

das mulheres à escola são muito frequentes nas províncias do centro e norte do país. Esta exclusão verifica-se desde cedo, o que tem contribuído para o elevado índice de analfabetismo do gênero feminino (MOÇAMBIQUE, 2005, p. 44-56).

Nesse contexto, Langa (2005, p. 242) enfatiza que a discriminação da mulher na sociedade moçambicana começa desde a infância, quando as regras socioculturais prevalecem e condicionam o seu destino: “desde então, a rapariga é tratada como um ser inferior e é socializada de modo a que se lhe coloca em último plano, subestimando o amor-próprio” (LANGA, 2005, p.242). Este cenário é notável na maioria da sociedade moçambicana, notadamente nas zonas rurais, onde as famílias investem nos rapazes porque estes vão assegurar o nome da família, por isso devem ir à escola, enquanto a filha é educada a fazer trabalhos domésticos para casar e servir ao futuro marido. Há necessidade de alterar, de minimizar estas regras e valores culturais que afetam a jovem moçambicana; este trabalho deve começar dentro de casa, principalmente nas famílias rurais, porque é nelas que existe maior número de jovens mulheres que não sabem ler nem escrever, meninas sem perspectivas e sonhos em relação ao seu futuro profissional diante da sociedade da informação. A conscientização seria o primeiro passo para mostrar às famílias que a mulher é capaz de frequentar a escola, de trabalhar em diversas atividades e de alcançar resultados positivos para o bem-estar da sua família e sociedade.

Atualmente, de acordo com a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), as taxas de inscrição são elevadas, mas os índices de aproveitamento são baixos; no que se refere à igualdade de gênero, o número de moças e rapazes não ultrapassava 32% no ensino primário e 30% no ensino secundário, em 2007. Portanto, o governo e as comunidades, encarregados de educação, precisam encontrar uma solução no sentido de incentivar as crianças do sexo feminino a ingressar na escola, a frequentá-la e a concluir o ensino primário, o secundário, e por que não o ensino superior. Em pleno século XXI, não faz mais

sentido este tipo de comportamento; a mulher tem os mesmos direitos que o homem, mas para que isso efetivamente aconteça, precisa estar preparada para trabalhar lado a lado do homem e executar todas as funções com competência e qualidade. O desempenho do setor da educação registra avanços em termos quantitativos. O governo disponibilizou 22 % do seu orçamento de 2007 para a educação, e 30% em 2010. Em 2007-2008, o número de alunos de ensino primário e secundário aumentou 8,3% e o número de escolas cresceu 6,8%; a taxa de inscrição no ensino primário subiu de 94,1% em 2007, para 97,3% em 2008, e caiu no ensino secundário devido à falta de professores e de escolas (OCDE, 2009, p.192).

## CONCLUSÃO

Observa-se ao longo do presente trabalho que Moçambique está no caminho certo, objetivando aliviar a pobreza, minimizar as desigualdades existentes no seio da população por meio de vários projetos existentes, como o PARPA I, II, Agenda 2025, Plano Estratégico e outros. O programa PARPA II para o período 2006 a 2009 comporta objetivos alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Portanto, pode-se concluir que houve avanços na realização de alguns objetivos, mas, para outros, os progressos são muito lentos, o que pode dificultar o país a atingir a meta de reduzir para a metade a taxa da população com incidência de fome, até 2015. Esta morosidade também impede que se atinjam os objetivos do ensino primário para todos e de igualdade de gênero. Em um dos meios de comunicação consultado, quer seja, o jornal *Notícias* dos últimos dois anos (2009-2010), o tema pobreza aparece ligado a agentes do governo, políticos, ou seja, discursos do governo no poder com o tema de combate à pobreza absoluta em Moçambique. Isso demonstra que o jornal *Notícias* tem privilegiado informações oficiais do governo que retratam a pobreza como discurso político e não como uma questão propriamente social da população moçambicana, já que a maioria do conteúdo apresentado por este veículo é

mais político e não apresenta a pobreza com seu verdadeiro conceito, como era de se esperar.

Não obstante as ambiguidades do conhecimento de exclusão, este conceito é complementar ao da pobreza, porque facilita melhor compreensão da insegurança de rendimentos no mundo desenvolvido e das oportunidades desiguais dos países subdesenvolvidos. Concentra sua atenção no papel das instituições, organismos ligados a processos de inclusão social de maneira mais abrangente das relações dos indivíduos, grupos e comunidades. Ainda há muito caminho por percorrer, mas com a introdução das novas tecnologias de informação e comunicação, Moçambique pode rapidamente sair da lista dos 10 países mais pobres do mundo. Vale lembrar que, na maioria das nações menos evoluídas, como Moçambique, o fim do socialismo não resolveu a crise do mundo capitalista, não aperfeiçoou a democracia e muito menos promoveu o fim da desigualdade entre os homens e Estados. No entanto, a dinâmica da revolução humana e o progresso técnico-científico determinam o surgimento de ideias inovadoras, impulsionando conhecimentos tecnológicos e científicos de última geração.

Assim, observa-se que, muitas vezes, a pobreza não resulta da inexistência de recursos, mas sim da incapacidade ou ignorância de valorizar os recursos disponíveis. Ou seja, os países abertos a inovações tecnológicas e utilização dos meios existentes conseguem minimizar as condições ruins da sua população, deixando de ser subdesenvolvidos e caminhando para ser países desenvolvidos, conseqüentemente diminuindo as desigualdades existentes em sua população. No setor da educação, o governo deve continuar a executar ações no sentido de aumentar o número de professores, escolas, ações para melhorar a qualidade de ensino. Em relação às tecnologias de informação e comunicação (TICs), Moçambique ainda está muito longe de alcançar níveis considerados razoáveis em disponibilidade, acesso e uso das tecnologias; precisa elevar o investimento em infraestruturas e serviços, baixar os preços dos serviços das redes da Internet para aumentar o número de usuários. Alcançando

estas metas, Moçambique estará em condições de melhorar o seu lugar no mundo, de proporcionar mais dignas condições de vida à sua população, e consequentemente reduzir a pobreza, para alcançar uma sociedade inclusiva em nível nacional e internacional, capaz de viver sem depender da ajuda externa.

---

Artigo submetido em 19/01/2011 e aceito em 09/06/2011.

---

## REFERÊNCIAS

- BENGOA, José. Pobreza y vulnerabilidad. *Temas Sociales*, Santiago de Chile, v. 10, abril, 1996. Disponível em: <<http://www.sitiosur.cl/r.php?id=259>>. Acesso em: 09 jun 2011.
- CHEFO, Carlos. A. *O tema da pobreza na imprensa escrita de Moçambique (2001-2005): o caso do Jornal "Notícias"*. Lisboa, 2009. 102p. Dissertação (Mestrado). Instituto Universitário de Lisboa. Departamento de Sociologia. Lisboa, 2009. Disponível em: <<http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/2075/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>> Acesso em: 9 jun. 2011.
- ESTIVILL, Jordi. *Panorama da luta contra a exclusão social: conceitos e estratégias*. Genebra: BIT, 2003, 227p.
- FIGIA, Nacima. A educação da rapariga e a erradicação da pobreza absoluta em Moçambique. In: ZIMBA Benigna; CASTIANO José P. (Eds.) *As ciências sociais na luta contra a pobreza em Moçambique*, Maputo: FILSON Entertainment, 2005. p 229.
- FRANCISCO, António A. da; PAULO, Margarida. *Impacto da economia informal na proteção social, pobreza e exclusão: a dimensão oculta da informalidade em Moçambique*. Maputo: CEA, 2006. 141p. Disponível em: [http://www.iid.org.mz/impacto da economia informal.pdf](http://www.iid.org.mz/impacto_da_economia_informal.pdf)>. Acesso em: 26 de Jul. 2010.
- HAMU, Leonardo; MAFRA, Juliana. *Exclusão e Inclusão social*. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/educacao/inclusao-social.htm>>. Acesso em: 26 de set. 2010.
- LANGA, Vitória. Pobreza Absoluta e Educação: uma reflexão sobre o papel das Ciências Sociais. In: ZIMBA Benigna; CASTIANO José P. (Eds.) *As ciências sociais na luta contra a pobreza em Moçambique*, Maputo: FILSON Entertainment, 2005p. 241-254.
- MOÇAMBIQUE. Comitê de Conselheiros. *Agenda 2025: visão estratégica da nação*. Maputo: Agenda 2025, 2003.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Mulher e da Acção social. *A proteção social básica como mecanismo de inclusão social*. Maputo: MMAS, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Jornal Notícias*. 2009/10.
- \_\_\_\_\_. *Plano de ação para a redução da pobreza absoluta II*. Maputo: [s.n], 2006. Disponível em: [http://www.portaldogoverno.gov.mz/docs\\_Gov/programa/Fo\\_parpa\\_2/PARPA\\_II\\_aprovado.pdf](http://www.portaldogoverno.gov.mz/docs_Gov/programa/Fo_parpa_2/PARPA_II_aprovado.pdf)>. Acesso em: 16 de set. 2010.
- OCDE. *Perspectivas Económicas na África 2009*. 195p.
- PNUD. *Relatório de Desenvolvimento humano Moçambique*. Maputo: PNUD, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Relatório de Desenvolvimento humano Moçambique*. Maputo: PNUD, 2005.
- SORJ, B. *Brasil@povo.com: a luta contra a desigualdades na Sociedade da Informação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Brasília: UNESCO. 2003.
- UNDP. *Report Human Development 2015 Reaching for the Millennium Development Goals*. Maputo: UNDP, 2006.